



ACTA N.º 18/2009

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 19 / 08 / 2009

PRESENCAS

PRESIDENTE : ESTÊVÃO MANUEL MACHADO PEREIRA
VEREADORES : MANUEL ANTÓNIO MENDES FADISTA
ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA : 14,30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO : 19,00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

- VERA LÚCIA CALÇA BONITO CARDOSO;
- RUI MANUEL BATISTA VARELA GUSMÃO, ambos por
motivo de férias.

FALTAS INJUSTIFICADAS**RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 13 / 08 / 2009**

CAIXA	286,80 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.014.362,17 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	111.452,84 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	12.802,16 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005270350	4.445,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005455530	35.146,20 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005478430	52.280,26 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005496230	2.582,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005511750	1.232,88 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	1.351,72 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005672550	158,06 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	236.867,23 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/13880012049	335.360,82 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/2412763451	1.000.000,00 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	26.729,61 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	123.683,82 €
B. E. S. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.778,20 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	2.014.648,97 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	1.976.517,12 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	38.131,85 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, cuja ordem de trabalhos era a seguinte: -----

- 1) Aprovação da acta da reunião anterior;-----
- 2) Informação sobre a actividade da Câmara; -----
- 3) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística;-----
- 4) Aprovação da acta em minuta; -----
- 5) Proposta de transferência de verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas; -----
- 6) Proposta de transferência de verba para a Paróquia de Alcáçovas, para apoio nas despesas de realização da Festa de S. Geraldo; -----
- 7) Proposta de transferência de verba para a Associação Tauromáquica Alcaçovense, para apoio na realização de uma corrida de touros por ocasião da Feira de Alcáçovas; -----
- 8) Proposta de fixação dos preços relativos à ocupação dos Stands da Feira D'Aires/2009 e à publicidade no programa da mesma; -----
- 9) Proposta de fixação das tarifas mínimas a cobrar pela instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2009; -----
- 10) Proposta de aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos e abertura do respectivo concurso para atribuição dos circuitos especiais de transportes escolares. -----

O senhor Presidente informou que, por motivo de férias, os senhores Vereadores Vera Cardoso e Rui Gusmão não podem estar presentes, pelo que propôs a justificação das respectivas faltas. Mediante votação por escrutínio secreto, do qual resultou unanimidade, foram as referidas faltas justificadas. -----

O senhor Presidente propôs a inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes pontos adicionais: ----

- 11) 15.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa; -----
- 12) Manifestação da intenção de adjudicação da cessão de exploração do Bar do Cine-Teatro Vianense; -----
- 13) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 3 relativo à empreitada de Construção das Piscinas Municipais de Alcáçovas. -----



Tendo a Câmara reconhecido urgência de deliberação imediata sobre estes assuntos, aprovou por unanimidade a sua inclusão na ordem do dia nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Ponto um) Aprovação da acta da reunião anterior – Depois de lida e achada conforme, foi aprovada com dois votos favoráveis a acta número dezassete relativa à reunião ordinária realizada no dia cinco de Agosto corrente. Absteve-se o senhor Vereador Fadista por não ter estado presente na reunião a que a mesma se refere. -----

Ponto dois) Informação sobre a actividade da Câmara – O senhor Presidente informou que no dia 13 de Agosto, na Casa do Alentejo em Lisboa, foi assinado o contrato de parceria da gestão das águas entre o Ministro do Ambiente, representante do Governo, enquanto responsável pela tutela da Águas de Portugal, e as Autarquias que fazem parte deste processo (21). Referiu que parece ter sido dado o primeiro passo para a constituição da empresa que gerirá as águas. -----

- Informou também que ontem se realizou nesta Câmara uma reunião com representantes do STAL, a qual se relacionou com os concursos de pessoal com base no novo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Foi pelos mesmos representantes levantada a questão das progressões dos funcionários, a qual a Câmara ficou de analisar. -----

- Informou também o senhor Presidente que hoje mesmo decorreu nesta Câmara mais uma reunião do Conselho Cinegético, tendo sido aprovado um processo de Zona de Caça Turística. ----

- Informou ainda o senhor Presidente que a reunião com a senhora Directora do Centro de Saúde de Viana, para tratar do assunto relacionado com a gripe A, está agendada a sua realização para o próximo dia 21. -----

- Mais informou o senhor Presidente que no dia 14 de Agosto participou numa reunião no CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro), a qual teve por base a gripe A. Referiu que na mesma foi feita uma sensibilização às Câmaras sobre o assunto, sobre os cuidados a ter para a sua prevenção e também para que haja alguma coordenação com o referido Centro. -----

- O senhor Vereador Costa da Silva, em relação à assinatura do contrato de parceria para a gestão das águas, diz ter ainda dúvidas sobre esta matéria. Referiu que, com base na documentação apresentada, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal sobre este assunto, não lhe pareceu que tivesse suficientemente “blindada” a possibilidade da empresa Águas de Portugal poder vir a ser privatizada. Aliás, como já manifestou claramente a sua opinião (em Assembleia Municipal e por escrito) sobre esta matéria, não tem grandes intenções de voltar a repeti-las, isto porque a



decisão já foi tomada sem que para isso tenha sido efectuada uma discussão bastante aprofundada, conforme seria de esperar. -----

- O senhor Presidente, em relação às interrogações que têm vindo a ser colocadas pelo senhor Vereador Costa da Silva sobre o assunto, disse que não fazem sentido. Referiu que durante mais de 3 anos de negociação com o Governo, a principal preocupação das Autarquias foi a de garantir um modelo de gestão das águas em que estas garantidamente continuassem públicas. O Governo finalmente considerou esta posição e, ao publicar o Decreto-Lei n.º 90/2009, assumiu as parcerias Estado – Autarquias. Adiantou que o que foi neste momento discutido e assinado é um contrato de parceria que permite às Autarquias criar uma Associação de Municípios que irá deter 49% do capital da futura empresa, os restantes 51% serão subscritos pela Águas de Portugal. Está garantido que se porventura a Águas de Portugal vier a entrar em processo de privatização este acordo cessa imediatamente ou, em alternativa, a Associação de Municípios agora criada irá adquirir mais 2% do capital, passando assim a deter 51% do capital da empresa, mantendo assim a empresa garantidamente como pública. Referiu o senhor Presidente que, dúvidas ou afirmações sobre o aumento do preço da água derivado deste processo, não fazem qualquer sentido, uma vez que as Câmaras serão os únicos clientes desta empresa, continuando a distribuir as águas aos seus municípios como até aqui. Qualquer mexida no tarifário será da responsabilidade das Câmaras como até hoje. Referiu ainda que foram acauteladas todas as transmissões de bens para esta empresa, a forma como eles serão remunerados, bem como a Associação de Municípios poderá vir a adquirir os 2% do capital da empresa. Este é um projecto fundamental para esta zona do Alentejo e significa um investimento inicial de mais de 227 milhões de euros entre 2010 e 2015. Foram acautelados todos os interesses do pessoal dos Municípios afectos ao serviço de águas e não se verificará nenhuma mobilidade de ninguém, a não ser de forma voluntária. -----

-

- O senhor Vereador Costa da Silva referiu que estas informações agora dadas pelo senhor Presidente, a maioria delas não sentiu que estivessem suficientemente clarificadas na documentação entregue e muito menos foram dadas respostas na Assembleia Municipal em que esta matéria foi discutida. Um outro aspecto que não lhe parece coerente tem a ver precisamente com o preço futuro da água, isto porque quando é afirmado pelo senhor Presidente que as Câmaras vão ser clientes da nova empresa no que respeita à água, significa então que se o preço for “vendido” caro às Autarquias, isto significa que por Lei elas vão ser obrigadas a vender a água a um preço igual ou superior. Adiantou que isto só prova que estes aspectos não estão, ou ainda



não estão, devidamente acautelados. -----

- O senhor Presidente referiu que o que disse são as matérias que estão escritas nos documentos que foram para a Vereação e para a Assembleia Municipal e que provavelmente não terão feito na altura uma leitura tão cuidada quanto necessário e daí poderá ter surgido algum enviesamento na interpretação desta matéria. Adiantou que da informação que teve da Assembleia Municipal a posição política do Partido Socialista foi a de contestar a “privatização da água”, algo que nunca esteve nem está em discussão. Referiu que é curioso que o mesmo Partido Socialista que em todas as Câmaras que detém no Distrito de Évora e noutros entrou em parceria com a Águas de Portugal sem se proteger de um eventual caminho de privatização, nos venha acusar agora a nós, injustificadamente, de estarmos a fazer aquilo que eles próprios fizeram, quando nós demorámos anos a negociar com o Governo para garantir a água como um bem público. Quanto à questão dos preços colocada pelo senhor Vereador Costa da Silva, na abordagem que lhe dá, também não é a mais adequada tendo em conta que a Câmara continuará soberana para a definição do seu tarifário, nada a impede de continuar a apostar num tarifário socialmente mais justo aligeirando os custos para agregados financeiramente mais débeis e aumentando os custos para agregados ou consumidores social ou economicamente mais favorecidos. Esta situação só poderá ser diferente se, como anunciado pelo senhor Ministro do Ambiente, vier a ser fixado pelo Governo um custo igual da água em todo o País mas essa situação a verificar-se será completamente alheia à Câmara Municipal. -----

- O senhor Vereador Costa da Silva, quanto à diferenciação dos custos por questões sociais afirmada pelo senhor Presidente, referiu que a mesma é possível e bem desejável. No entanto, no cômputo geral dos preços e como já havia referido, a Câmara é obrigada por lei a vender a água mais cara ou igual do que o preço a que a compra, o que significa que forçosamente não terá grandes alternativas e soluções para, pelo menos, minimizar este problema futuro. Referiu que, se efectivamente os preços vierem a ser fixados iguais para todo o País pelo Governo, isto significa que será mais uma péssima medida, principalmente para as regiões mais desfavorecidas do interior.

- O senhor Presidente disse que o senhor Vereador Costa da Silva está a cometer um erro em relação ao custo da água ao pretender equiparar o custo de hoje ao custo da água do futuro ao não ter em conta que uma boa parte dos custos de produção da água, nomeadamente pagamentos a pessoal, energia eléctrica e custos de manutenção dos sistemas, no futuro deixarão de onerar



directamente a Câmara e passarão a estar incluídos no custo total da água a fornecer pela empresa a criar. A prova de que é possível um tarifário social é a existência de mais de 400 cartões sociais do idoso onde esta faixa da população mais carenciada já está a ser apoiada pela Câmara. -----

- O senhor Vereador Costa da Silva referiu que aquilo que o senhor Presidente disse só vem confirmar aquilo que ele já havia dito. -----

- O senhor Vereador Costa da Silva, em relação à reunião havida com o STAL, referiu ter-se apercebido que a classificação atribuída a todos os trabalhadores foi de “bom”. Perguntou se efectivamente a Câmara não quis esgotar os 20% para “muito bom” e 5% para “excelente”, caso existam, e se essa opção não prejudica efectivamente aqueles que mereciam essa nota mais elevada. Perguntou também se isso não penaliza a carreira de alguns que poderiam ter tido “muito bom” ou “excelente”, caso existissem, ou seja, com a avaliação de “bom” a todos os colaboradores da autarquia, significa que durante dois anos a Câmara não permitiu a melhoria da carreira a 25% dos seus funcionários. -----

- O senhor Presidente referiu que esta forma de fazer foi fruto de uma discussão com os notadores, cujo principal ponto mais fraco é exactamente a existência de quotas. É unânime que a principal injustiça deste sistema é a limitação do número de funcionários que poderiam ter as classificações superiores, criando assim enormes desigualdades entre colegas de Câmara exactamente com níveis de desempenho muito semelhantes. Referiu que desde há dois anos a esta parte que se tem vindo a implementar o SIADAP nas suas múltiplas vertentes e pensamos, de acordo com a discussão tida com os notadores, que em 2009 já se cumprirão todas as regras para a notação devidamente sustentada e não possível de impugnação por parte de um qualquer funcionário que se sinta injustamente notado, como por exemplo alguém que se compare com um colega cujo trabalho conhece, a quem possa ter sido dada uma classificação de “excelente” ou “muito bom”, enquanto que a si próprio, por limitação das quotas, tal poderá já não ser possível. Adiantou o senhor Presidente que somos dos Municípios do distrito de Évora que tem o SIADAP mais adiantado e ainda assim julgamos que só em 2009 se cumprirão todas as premissas. Esta proposta apresentada pelo STAL para a opção gestonária é exactamente uma forma de procurar minimizar aquilo que de muito mau tem o SIADAP para os funcionários e permitirá, por opção política que a Câmara pretende implementar, aplicar a todos os funcionários. A todos e não apenas a 5% nuns casos ou a 20% noutros casos. -----



- O senhor Vereador Costa da Silva referiu que, assim, em dois anos não foi possível a 25% dos trabalhadores ter beneficiado da melhoria da sua carreira. -----
- O senhor Presidente referiu que, se assim fosse, teríamos 75% dos funcionários que se poderiam considerar injustamente tratados, enquanto que com esta opção garantidamente tratamos todos por igual, sem desigualdades artificiais impostas por sistemas injustos. -----
-
- O senhor Vereador Costa da Silva referiu ter ouvido comentar que caiu uma placa na obra das Piscinas. -----
- O senhor Presidente informou ter sido um extensor que se partiu quando andavam a encher a laje, estando a obra a decorrer dentro da normalidade. -----
-
- O senhor Vereador Costa da Silva, em relação à Festa de S. Geraldo que decorreu no fim-de-semana passado, disse ter estado presente na mesma tendo constatado que a mesma decorreu muito bem e louvou o esforço desenvolvido pelas duas entidades, neste caso o Sport Club Alcaçovense e a Paróquia de Alcáçovas, na manutenção e preservação daquela tradicional festividade. -----
- Referiu também este Vereador que a recente nomeação do ex-comandante dos bombeiros de Viana, senhor José Soldado, como 2.º comandante do CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) de Évora, foi muito positiva, situação que nos deve orgulhar a todos, tendo manifestado, enquanto Vereador, que as suas funções sejam realizadas o melhor possível. -----
-
- O senhor Presidente referiu que se associa a esta saudação e que já teve ocasião de felicitar por escrito, tanto o 1.º comandante do CDOS, Dr. Ribeiro, também residente no nosso concelho, bem como o 2.º Comandante, senhor José Soldado, pelo novo cargo para que foram nomeados, tendo-se disponibilizado pessoalmente e também à Câmara Municipal para todas as colaborações que se mostrem necessárias. -----

Ponto três) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pela senhora Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística.-----



Ponto quatro) Aprovação da acta em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta desta reunião em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas – A Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas:

- **Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense:**
 - Transporte (Judo) – 180,00 €
 - Transporte (Judo) – 300,00 €

Ponto seis) Proposta de transferência de verba para a Paróquia de Alcáçovas, para apoio nas despesas de realização da Festa de S. Geraldo – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Paróquia de Alcáçovas a importância de 750,00 €, sendo 500,00 € pela realização da Festa de S. Geraldo e 250,00 € pelo aluguer de aparelhagem sonora. -----

Ponto sete) Proposta de transferência de verba para a Associação Tauromáquica Alcaçovense, para apoio na realização de uma corrida de touros por ocasião da Feira de Alcáçovas – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Tauromáquica Alcaçovense a importância de 4.000,00 €, para apoio na realização de uma corrida de touros por ocasião da Feira de Alcáçovas. -----

Ponto oito) Proposta de fixação dos preços relativos à ocupação dos Stands da Feira D'Aires/2009 e à publicidade no programa da mesma – A Câmara deliberou por unanimidade fixar os seguintes preços para a ocupação dos Stands na Feira D'Aires/2009:

- Primeiro stand solicitado 50,00 €
- Restantes stands Por cada um, a importância igual à que a Autarquia despende com o respectivo aluguer.

Também por unanimidade a Câmara fixou os seguintes preços relativos à publicidade a inserir no Programa da Feira D'Aires/2009:

- 1 página 150,00 €+ IVA;
- 1/2 página 75,00 €+ IVA;
- 1/4 página 40,00 €+ IVA;
- 1/8 página 25,00 €+ IVA;
- Contra-capas 200,00 €+ IVA.



Ponto nove) Proposta de fixação das tarifas mínimas a cobrar pela instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2009 – A Câmara deliberou por unanimidade estipular os seguintes montantes como base de licitação para a instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2009:

- Pistas de automóveis de adultos 650,00 €
- Carrosséis e outros divertimentos de adultos 275,00 €
- Todos os tipos de divertimentos infantis 115,00 €

Deliberou também a Câmara contactar todos os interessados já com pedidos formulados nesta Autarquia para a instalação de divertimentos na referida feira, no sentido de apresentarem proposta até ao próximo dia 11 de Setembro, em carta fechada, tendo por base os montantes agora estipulados, para que sejam abertas na reunião camarária do dia 16 do mesmo mês. -----

Deliberou ainda a Câmara autorizar apenas a montagem, na referida Feira, dos seguintes divertimentos:

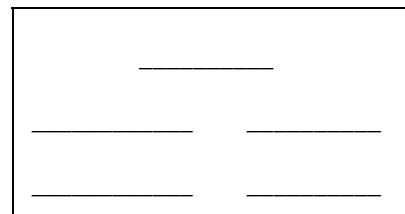
- Uma pista de automóveis de adultos; -----
- Dois divertimentos de adultos, independentemente do tipo (além da pista de automóveis);
- Quatro divertimentos infantis, independentemente do tipo. -----

Assim, para cada tipo de divertimento acima referido, só serão autorizadas as montagens dos que apresentarem as propostas mais elevadas. -----

Ficou ainda estipulado que os adjudicatários terão de efectuar o pagamento de 50% do montante da respectiva adjudicação até ao dia 18 de Setembro e que deverão proceder ao restante pagamento até ao dia da montagem do divertimento. -----

Ponto dez) Proposta de aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos e abertura do respectivo concurso para atribuição dos circuitos especiais de transportes escolares

– Na sequência de um pedido de parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo sobre o tipo de procedimento a adoptar para a atribuição dos circuitos especiais de transportes escolares, informou aquela entidade sobre o assunto que se lhes afiguram serem duas as vias de interpretação da legislação potencialmente aplicável, conforme ofício que se encontra anexo à presente acta da qual faz parte integrante, deliberou a Câmara por unanimidade abrir concurso para atribuição dos circuitos especiais de transportes escolares no ano lectivo 2009/2010, nos mesmos moldes dos anos anteriores e também por unanimidade aprovar os respectivos programa de concurso e caderno de encargos. -----



Ponto onze) 15.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa – A Câmara aprovou por unanimidade a 15.ª proposta de alteração ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto doze) Manifestação da intenção de adjudicação da cessão de exploração do Bar do Cine-Teatro Vianense – Tendo por base o relatório de apreciação das propostas elaborado pelo júri do concurso para cessão de exploração do Bar do Cine-Teatro Vianense, a Câmara deliberou por unanimidade manifestar a intenção de adjudicar a cessão de exploração à concorrente Telma Isabel Chaparro Sacramento, por ter apresentado a proposta de prestação mensal mais elevada (250,00 €). -----

Ponto treze) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 3 relativo á empreitada de Construção das Piscinas Municipais de Alcáçovas – Com a abstenção do senhor Vereador Costa da Silva, foi aprovado o auto de medição n.º 3 relativo à empreitada de Construção das Piscinas Municipais de Alcáçovas, no montante de 82.791,99 € -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezanove horas, tendo a minuta desta acta sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, Assistente Técnico, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,